



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Capitão Alberto Neto

PROJETO DE LEI Nº 3.810/24 - do Sr. Pedro Aihara - que "dispõe sobre a realização de campanhas de conscientização sobre apostas esportivas; institui o Fundo Nacional de Prevenção ao Vício em Apostas; altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir educação financeira e conteúdos relacionados a apostas esportivas no currículo escolar; modifica as regras de publicidade e propaganda na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023; e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 516/25 - dos Srs. Pedro Aihara e Maurício Carvalho - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a inteligência emocional e a programação neurolinguística no currículo do Ensino Fundamental e Médio e dá outras providências".

À Deputada Dayany Bittencourt

PROJETO DE LEI Nº 4.408/24 - do Sr. Aureo Ribeiro - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a utilização do trabalho voluntário como critério de ingresso em universidades".

PROJETO DE LEI Nº 981/25 - do Sr. Fred Linhares - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para destinar 1% do produto da arrecadação das loterias à premiação de escolas, professores e alunos das redes de ensino"

Ao Deputado Duda Ramos

PROJETO DE LEI Nº 2.533/22 - do Sr. Dr. Frederico - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer prazo especial de ingresso em cursos de graduação para missionários aprovados em concursos vestibulares".

PROJETO DE LEI Nº 1.106/23 - do Sr. Luiz Carlos Motta - que "reconhece a Robótica como esporte de competição e de relevância educacional, na forma que especifica".

Ao Deputado Fernando Mineiro

PROJETO DE LEI Nº 3.349/23 - da Sra. Ana Paula Lima - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, do Disque Direitos Humanos – Disque 100, nos livros e materiais didáticos elaborados pelo Poder Executivo Federal".

À Deputada Franciane Bayer

PROJETO DE LEI Nº 2.001/15 - do Sr. Luciano Ducci - que "autoriza o transporte intermunicipal e interestadual de estudantes de cursos técnicos, superiores e tecnológicos e de graduação por veículos mantidos e adquiridos pelos entes federados por meio dos programas instituídos pela União para transporte escolar, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE e o Programa Caminho da Escola". (Apensados: PL 2162/2015, PL 4054/2015, PL 4925/2016 (Apensados: PL 8619/2017, PL 4031/2020 e PL 1207/2023), PL 7762/2017, PL 7829/2017, PL 8391/2017 (Apensado: PL 2571/2019 (Apensado: PL 3479/2019)) e PL 10611/2018 (Apensados: PL 620/2019, PL 653/2019, PL 4406/2019, PL 5285/2020 (Apensado: PL 1991/2023) e PL 1682/2024))

À Deputada Nely Aquino

PROJETO DE LEI Nº 4.721/24 - do Sr. Gilson Daniel - que "dispõe sobre a desafetação e redestinação, após uma vida útil de dez anos, de veículos de transporte escolar adquiridos por meio de programa federal e dá outras providências". (Apensado: PL 17/2025)

PROJETO DE LEI Nº 392/25 - do Sr. Pedro Paulo - que "regulamenta a profissão de Auxiliar de Veterinário e dá outras providências".

À Deputada Professora Goreth

PROJETO DE LEI Nº 6.194/16 - do Sr. Mário Heringer - que "altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências", para excluir os polos do sistema UAB das instituições beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, e dá outras providências".

Ao Deputado Sidney Leite

PROJETO DE LEI Nº 5.432/16 - do Sr. Félix Mendonça Júnior - que "altera a Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, que "Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior", e dá outras providências". (Apensados: PL 6290/2019 (Apensado: PL 3701/2020) e PL 6593/2019)

PROJETO DE LEI Nº 392/19 - do Sr. Rafael Motta - que "dá nova redação a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer 7 (sete) anos como a idade máxima para alfabetização de alunos da rede pública de ensino".

Maurício Carvalho
Presidente